



Simulado Nacional

DEPEN

**Agente Federal
de Execução Penal**

Pós-edital

Simulado Especial

Simulado Nacional DEPEN – Agente Federal de Execução Penal – Pós-edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do DEPEN;
- 2 – A prova contém **120 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE/CEBRASPE, com assertivas para serem valoradas como “certo” ou “errado”.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-DEPEN-19-06-21>

01 – C E	25 – C E	49 – C E	73 – C E	97 – C E
02 – C E	26 – C E	50 – C E	74 – C E	98 – C E
03 – C E	27 – C E	51 – C E	75 – C E	99 – C E
04 – C E	28 – C E	52 – C E	76 – C E	100 – C E
05 – C E	29 – C E	53 – C E	77 – C E	101 – C E
06 – C E	30 – C E	54 – C E	78 – C E	102 – C E
07 – C E	31 – C E	55 – C E	79 – C E	103 – C E
08 – C E	32 – C E	56 – C E	80 – C E	104 – C E
09 – C E	33 – C E	57 – C E	81 – C E	105 – C E
10 – C E	34 – C E	58 – C E	82 – C E	106 – C E
11 – C E	35 – C E	59 – C E	83 – C E	107 – C E
12 – C E	36 – C E	60 – C E	84 – C E	108 – C E
13 – C E	37 – C E	61 – C E	85 – C E	109 – C E
14 – C E	38 – C E	62 – C E	86 – C E	110 – C E
15 – C E	39 – C E	63 – C E	87 – C E	111 – C E
16 – C E	40 – C E	64 – C E	88 – C E	112 – C E
17 – C E	41 – C E	65 – C E	89 – C E	113 – C E
18 – C E	42 – C E	66 – C E	90 – C E	114 – C E
19 – C E	43 – C E	67 – C E	91 – C E	115 – C E
20 – C E	44 – C E	68 – C E	92 – C E	116 – C E
21 – C E	45 – C E	69 – C E	93 – C E	117 – C E
22 – C E	46 – C E	70 – C E	94 – C E	118 – C E
23 – C E	47 – C E	71 – C E	95 – C E	119 – C E
24 – C E	48 – C E	72 – C E	96 – C E	120 – C E

PORTUGUÊS

Adriana Figueiredo e Patrícia Manzato

Nas últimas décadas, sobretudo a partir dos anos 1990, surgiu uma nova vertente de interpretação dos problemas de saúde internacional, baseada na globalização: a saúde global.

Essa vertente emergiu a partir do processo de globalização, tempos após o surgimento do conceito de saúde internacional estabelecido em 1913 e com o objetivo de superar algumas limitações da saúde pública internacional. A legislação internacional em saúde foi, então, se expandindo ao ritmo da globalização e incorporando-se à saúde global nas agendas de política exterior, gerando novos e maiores desafios na governança e no processo de definição das políticas de saúde.

Desse modo, a saúde vista como uma problemática global envolve uma série de atores internacionais públicos e privados, estatais ou não, que se colocam no campo de debate, produção e aplicação do direito, impactando no âmbito local.

Nesse viés, a problemática da saúde global, por vezes relacionada aos novos eventos como as epidemias internacionais, surgiu como parte de um processo político e histórico mais amplo, no contexto de uma ordem mundial neoliberal em que o papel da própria Organização Mundial da Saúde passou a ser questionado e reposicionado no âmbito de um conjunto de alianças de poder em transformação. Foi nesse contexto que emergiu a saúde global como uma perspectiva mais abrangente que a saúde internacional.

Raquel Ceolin e Valéria Ribas do Nascimento (Adaptado,

Disponível em <[https://www.e-](https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/53560/36767)[publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/53560/36767](https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/53560/36767)>

Acesso em 15 jun. 2021)

Em relação aos sentidos e às construções linguísticas do texto precedente, julgue os itens a seguir:

01. Da leitura do texto, é possível inferir que o conceito de saúde internacional não pode ser confundido com o de saúde global, pois não podem ser considerados sinônimos.

02. Pode-se inferir do texto que o surgimento do conceito de saúde internacional se confunde com o florescer da globalização, no início do século XX.

03. Seriam mantidos o sentido e a correção gramatical, caso o conectivo destacado em “*Desse modo, a saúde vista como uma problemática global envolve uma série de atores internacionais públicos e privados, estatais ou não*” (3º parágrafo) fosse substituído por “ademais”.

04. Mantida a correção gramatical, o trecho “*Nas últimas décadas, sobretudo a partir dos anos 1990, surgiu uma nova vertente de interpretação dos problemas de saúde internacional, baseada na globalização: a saúde global.*” poderia ser reescrito da seguinte forma: Uma nova corrente interpretativa sobre as questões de saúde internacional, a qual tem por fundamento a globalização, emerge nas últimas décadas, em especial na de 1990, qual seja a saúde global.

05. A partícula “se” em “*A legislação internacional em saúde foi, então, se expandindo*” constitui partícula apassivadora.

06. O pronome em “no contexto de uma ordem mundial neoliberal em que o papel da própria Organização Mundial da Saúde passou a ser questionado” (4º parágrafo) pode ser substituído por “onde”.

Modernidade Tardia ou Pós-Modernidade?

Alguns estudiosos defendem que estamos no limiar de uma transição paradigmática e que há tantos termos para designar tal transição quanto há teóricos: sociedade de informação, sociedade de consumo, sociedade pós-industrial; sugerem uma nova era que encerraria a modernidade em direção à pós-modernidade.

Por outro lado, os debates em torno dessa transição partem de um ponto em comum: a economia. "Estamos nos deslocando de um sistema baseado na manufatura de bens materiais para outro relacionado mais centralmente com informação", concorda Giddens. Ou seja, a transição de um sistema de manufatura para o informacional é o que marcaria as transformações das sociedades modernas. Em outras palavras, os investimentos giram hoje menos em torno do setor primário (extrativismo industrial) da economia e mais em torno do terciário (serviços aos consumidores).

Assim, a transição paradigmática se deve às mudanças ocorridas na economia (infraestrutura), que, por sua vez, afetam a cultura moderna (superestrutura), assim como aconteceu no século XIX.

Vagner Rangel e Maria Cristina Ribas. Sobre a aventura da modernidade. (Adaptado. Disponível em <<https://www.revistas.usp.br/anagrama/article/download/35550/38269/418>> Acesso em 15 jun. 2021)

No que se refere aos sentidos e às construções linguísticas do texto precedente, julgue os itens a seguir:

- 07.** A leitura do texto permite inferir que há divergência entre os pensadores sobre o momento em que estamos vivendo.
- 08.** A vírgula que antecede o trecho "afetam a cultura moderna" em "que, por sua vez, afetam a cultura moderna (superestrutura), assim como aconteceu no século XIX." (3º parágrafo) pode ser retirada, por ser facultativa.
- 09.** Os trechos "que estamos no limiar de uma transição paradigmática" (1º parágrafo) e "as transformações das sociedades modernas" (2º parágrafo) exercem a mesma função sintática.

10. De acordo com o texto, por mais que haja divergência em relação ao nome que se deva dar à fase de transição vivida, a convergência dessa fase é o sistema econômico.

11. A substituição de "mudanças" em "a transição paradigmática se deve às mudanças ocorridas na economia" por "deslocamentos" manteria o sentido e a correção gramatical.

12. Os termos "Por outro lado", "Ou seja" e "Em outras palavras", no 2º parágrafo, constituem elementos coesivos sequenciais, de forma a contribuir para a conexão e sequência lógico-semântica do texto.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Antônio Daud

Analise os dois itens abaixo, tomando por base as disposições contidas na Lei federal 8.112/1990 e no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto 1.171/1994).

- 13.** O servidor poderá ser responsabilizado penalmente por dar ciência à autoridade superior, para fins de apuração, de informação concernente à prática de crimes ou improbidade de que tenha conhecimento.
- 14.** Caso o servidor público, em função do espírito de solidariedade, seja conivente com infração ética, estará sujeito à sanção de advertência, a ser aplicada pela Comissão de Ética.

DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Ricardo Torques

Considerando o disposto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, julgue o item abaixo:

15. Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego. No entanto, a Declaração nada prevê quanto à associação em sindicatos, tendo em vista tratar-se de direito social pouco desenvolvido quando de sua proclamação.

Em relação aos direitos fundamentais e aos direitos humanos previstos na Constituição Federal e sua interpretação pelos Tribunais, julgue as assertivas a seguir:

16. É constitucional lei estadual que estabelece que crianças e adolescentes do sexo feminino, vítimas de estupro, sejam examinadas por perito legista mulher, como forma de evitar a revitimização da criança ou adolescente.

17. A vedação ao tratamento desumano ou degradante implica no uso de algemas apenas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros. Nesses casos, o agente ficará sujeito à responsabilização disciplinar, civil e penal, sendo incabível a responsabilidade civil do Estado.

18. Trata-se de expressão da livre manifestação do pensamento e da crença religiosa a veiculação de discurso proselitista em serviço de radiodifusão comunitária.

O Programa Nacional de Direitos Humanos está organizado em eixos orientadores e diretrizes. Com base no Decreto nº 7.037/2009, julgue as assertivas abaixo:

19. Buscando conciliar o desenvolvimento e os direitos humanos, deve-se valorizar a pessoa humana como sujeito central do processo de desenvolvimento e, assim, promover e proteger os direitos ambientais como direitos humanos, considerando as gerações futuras como sujeitos de direitos.

20. O Programa Nacional de Direitos Humanos tem como diretrizes, dentre outras, a transparência e participação popular no sistema de segurança pública e justiça criminal, assim como a Combate à violência institucional, com ênfase na erradicação da tortura e na redução da letalidade policial e carcerária. Não há, no entanto, previsão de promoção de um sistema de justiça mais acessível, visto que este já conta com previsão constitucional.

A Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984) dispõe sobre o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, os Conselhos Penitenciários e os Conselhos da Comunidade. Sobre referidos colegiados, julgue os itens:

21. O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, com sede na Capital da República, é subordinado ao Ministério da Justiça, sendo composto por 15 (quinze) membros designados através de ato do Ministério, com mandato de 2 (dois) anos, renovando 1/3 (um terço) em cada ano. O Conselho estimulará e promoverá pesquisas criminológicas e estabelecerá critérios para a elaboração da estatística criminal, mas não tem competência para requerer a interdição de estabelecimentos penais.

22. Toda comarca contará com um Conselho Penitenciário, composto por, no mínimo, um representante de associação comercial ou industrial, um advogado indicado pela Seção da Ordem dos Advogados do Brasil, um Defensor Público indicado pelo Defensor Público Geral e um assistente social escolhido pela Delegacia Seccional do Conselho Nacional de Assistentes Sociais.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

A respeito do Poder Executivo, analise as assertivas abaixo:

- 23.** Cabe ao Chefe de Estado exercer a liderança política nacional e gerir a máquina administrativa.
- 24.** No Brasil, em decorrência do sistema presidencialista de Governo, o Presidente da República acumula as funções de Chefe de Estado, Chefe de Governo e Chefe da Administração Pública Federal.

A respeito da segurança pública, consoante texto da Constituição Federal de 1988, julgue o próximo item.

- 25.** Os servidores policiais integrantes das polícias civis serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, o teto constitucional.

Acerca dos direitos de nacionalidade e dos direitos políticos, analise os próximos itens.

- 26.** A Constituição Federal, para proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função pública, autoriza a criação, mediante lei federal, de outros casos de inelegibilidades.
- 27.** A condenação por improbidade administrativa, além de outras penalidades, provoca a cassação de direitos políticos do condenado.
- 28.** A Constituição Federal proíbe que lei estabeleça distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo os casos previstos no próprio texto constitucional.

A respeito dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, de acordo com o texto da Constituição Federal e com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, analise os próximos itens.

- 29.** Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, são permitidas reuniões ou manifestações em locais públicos, independentemente de comunicação oficial prévia às autoridades competentes.
- 30.** No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário justa e prévia indenização, paga, em regra, em dinheiro.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Thálius Moraes

Acerca dos Poderes da Administração e da Responsabilidade Civil do Estado, julgue as próximas assertivas.

- 31.** Com base no poder de polícia, a Administração Pública poderá aplicar penalidades a uma concessionária que violar uma cláusula contratual.
- 32.** Conforme entendimento jurisprudencial, é incabível a responsabilização estatal em razão de danos causados por presos foragidos.

Levando em consideração disposições previstas na Lei 8.112/90, que trata do regime jurídico único dos servidores públicos civis federais, analise as próximas assertivas.

- 33.** O inquérito administrativo, que é uma das fases do PAD (processo administrativo disciplinar), compreende a instrução, a defesa e o relatório.
- 34.** A penalidade cabível ao servidor que proceder de forma desidiosa é a demissão.

Acerca das Licitações e dos Contratos Administrativos, levando em consideração as normas traçadas na Lei 8.666/93, julgue os próximos itens.

35. Situação hipotética: Determinado órgão público pretende alienar veículos funcionais que não estão mais em uso. Assertiva: Nesse caso, poderá ser utilizada a modalidade licitatória leilão, sendo os bens arrematados pelo maior lance, que não poderá ser inferior ao valor da avaliação.

36. É inexigível a licitação nos casos de emergência ou de calamidade pública, situações em que poderá ser feita a contratação direta, sem licitação.

O Decreto 10.024/19 estabelece as regras que regulamentam a licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica. Considerando as disposições desse Decreto, analise os próximos itens.

37. A aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, pelos órgãos da administração pública federal direta, é feita obrigatoriamente por meio da modalidade pregão, na forma eletrônica.

Levando em consideração as disposições da Lei 9.784/99, que estabelece as regras acerca do processo administrativo em âmbito federal, analise o próximo item.

38. Quando for tecnicamente justificável, determinada autoridade poderá delegar a sua atribuição para proferir decisão em recurso administrativo.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL

Tiago Zanolla

Jonas teve seu ingresso no Sistema Penitenciário Federal no dia 15 junho de 2021, tendo, no dia 17, sofrido acidente no estabelecimento.

No ato de inclusão, Jonas leu rapidamente sobre as normas internas do estabelecimento e fez algumas perguntas.

Acerca do que dispõe o Decreto n. 6.049/2007, julgue os itens a seguir:

39. Na inclusão do preso em estabelecimento penal federal, será certificado as condições físicas, mentais e sanitárias do preso pelo estabelecimento penal federal.

40. Se Jonas for oriundo dos sistemas penitenciários dos Estados ou dos Municípios, deverá acompanhá-lo no ato da inclusão no Sistema Penitenciário Federal a cópia do prontuário penitenciário, os seus pertences e informações acerca do pecúlio disponível.

41. No ato de inclusão, deverão ser prestadas informações verbais a Jonas sobre as normas que orientarão o seu tratamento, as imposições de caráter disciplinar, bem como sobre os seus direitos e deveres.

42. Caso Jonas seja liberado condicional, será considerado egresso pelo prazo de um ano a contar da saída do estabelecimento penal.

43. Caso Jonas tenha bom comportamento reconhecido de sua colaboração com a disciplina e de sua dedicação ao trabalho, poderá ser recompensado com a prática de esporte fora do horário normal

44. É um dever de Jonas indenizar terceiros pelos danos materiais a que der causa, mesmo se for de forma culposa.

45. Caso Jonas pratique atos de comércio estará incorrendo em falta de natureza média.

Acerca do que dispõe o Decreto n. 6877/2009, julgue os itens a seguir.

46. O processo de inclusão de Jonas é em caráter temporário.

47. Jonas ter sido réu colaborador, por si só, basta para a inclusão no sistema penitenciário federal.

48. Na hipótese de obtenção de liberdade ou progressão de regime de preso custodiado em estabelecimento penal federal, caberá ao Departamento Penitenciário Nacional providenciar o seu retorno ao local de origem ou a sua transferência ao estabelecimento penal indicado para cumprimento do novo regime.

Acerca da Lei n. 11.671/2008, julgue os itens a seguir

49. Os estabelecimentos penais federais de segurança máxima deverão dispor de monitoramento de áudio e vídeo no parlatório e nas áreas comuns, para fins de preservação da ordem interna e da segurança pública, vedado, em qualquer hipótese, seu uso no atendimento advocatício.

50. As gravações das visitas não poderão ser utilizadas como meio de prova de infrações penais posteriores ao ingresso do preso no estabelecimento.

51. São legitimados para requerer o processo de transferência, cujo início se dá com a admissibilidade pelo juiz da origem da necessidade da transferência do preso para estabelecimento penal federal de segurança média, a autoridade administrativa, o Ministério Público e o próprio preso.

52. Segundo o Manual de Assistências a alimentação a Jonas consiste no jejum, lanche da manhã, almoço, lanche da tarde, jantar e ceia, atendendo a critérios nutricionais especialmente definidos para a manutenção da sua saúde.

53. Caso Jonas tenha restrição à lactose, será fornecida alimentação diferenciada a ele.

EXECUÇÃO PENAL

Antônio Pequeno

54. De acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça a falta grave não interrompe o prazo para obtenção de livramento condicional.

55. Com base na Lei de Execução Penal (LEP) e acerca dos direitos, deveres e disciplina do preso julgue o item abaixo:

A inclusão no regime disciplinar diferenciado pode ser aplicada por ato motivado do diretor do estabelecimento prisional, com posterior homologação pelo juiz da execução.

Acerca das autorizações de saída durante o cumprimento da pena, julgue os três próximos itens:

56. A saída temporária é um benefício que pode ser concedido aos condenados que cumprem pena em regime fechado, semiaberto ou aberto.

57. Tanto a saída temporária quanto a permissão de saída dependem de autorização judicial, que deve ser precedida da oitiva do MP.

58. O benefício da saída temporária será automaticamente revogado se o condenado praticar fato definido como crime doloso ou culposos.

59. Com base na Lei de Execução Penal (LEP) julgue o item abaixo:

A prestação de trabalho externo, a ser autorizada pela direção do estabelecimento penal, dependerá de aptidão, disciplina e responsabilidade, além do cumprimento mínimo de dois terços da pena

60. Com base na Lei de Execução Penal (LEP) julgue o item abaixo:

A autorização para a inclusão do preso em regime disciplinar diferenciado, como sanção disciplinar, depende de requerimento circunstanciado elaborado pelo juízo das execuções penais.

61. Com base na Lei de Execução Penal (LEP) e entendimento dos tribunais superiores, julgue o item abaixo:

A autorização para a saída temporária deve ser concedida por ato motivado do juízo das execuções, que pode delegar a fiscalização das saídas ao administrador do presídio.

62. Com base na Lei de Execução Penal (LEP), julgue o item abaixo:

Os condenados que cumpram pena em regime semiaberto podem obter autorização para saída temporária do estabelecimento, sem vigilância direta, para visitar a família.

63. Com base na Lei de Execução Penal (LEP), julgue o item abaixo:

Admite-se que o condenado maior de setenta anos de idade beneficiário de regime aberto ou semiaberto seja recolhido em residência particular.

64. Com base na Lei de Execução Penal (LEP) e de acordo com o entendimento dos tribunais superiores, julgue o item abaixo:

O atraso sem justificativa no retorno da saída temporária de condenado a pena privativa de liberdade configura falta grave consistente em fuga do estabelecimento prisional.

65. De acordo com o Superior Tribunal de Justiça a falta disciplinar grave impede a concessão do livramento condicional, por evidenciar a ausência do requisito subjetivo relativo ao comportamento satisfatório durante o resgate da pena, nos termos do art. 83, III, do Código Penal - CP.

66. Dispõe a Lei n. 7.210/1984 que o condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena. A contagem de tempo referida será feita à razão de: 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar – atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional – divididas, no mínimo, em 3 (três) dias; e 1 (um) dia de pena a cada 3 (três) dias de trabalho.

67. Prescreve a Lei de Execução Penal que podem suscitar o incidente de excesso ou desvio de execução, além do Ministério Público, o Conselho Penitenciário, o sentenciado e qualquer dos demais órgãos da execução penal, exceto os Departamentos Penitenciários e o Conselho da Comunidade.

68. Nos termos da Lei de Execução Penal, no caso de mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças, adolescentes ou pessoas com deficiência, os requisitos para progressão de regime são, cumulativamente: não ter cometido crime com violência ou grave ameaça a pessoa; não ter cometido o crime contra seu filho ou dependente; ter cumprido ao menos 1/8 (um oitavo) da pena no regime anterior; ser primária e ter bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento; e não ter integrado organização criminosa.

69. De acordo com a Lei de Execução Penal, o condenado por crime doloso praticado com violência grave contra a pessoa, bem como por crime contra a vida, contra a liberdade sexual ou por crime sexual contra vulnerável, será submetido, obrigatoriamente, à identificação do perfil genético, mediante extração de DNA (ácido desoxirribonucleico), por técnica adequada e indolor, por ocasião do ingresso no estabelecimento prisional.

70. Considerando o entendimento jurisprudencial do STJ, julgue o item a seguir em relação às faltas disciplinares praticadas no curso da execução penal.

O reconhecimento de falta grave decorrente da prática de fato definido como crime doloso independe do trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

71. Os condenados que cumprem pena em regime fechado ou semiaberto podem obter autorização para saída temporária do estabelecimento, sem vigilância direta, em casos de falecimento ou doença grave de cônjuge, companheiro, ascendente, descendente ou irmão ou para necessidade de tratamento médico.

72. Julgue o item abaixo de acordo com a portaria de nº 157/2019 do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que disciplina o procedimento de visita social aos presos nos estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências.

A visita social em parlatório será assegurada a qualquer pessoa, com contato físico, garantindo-se o laço de afetividade.

73. Julgue o item abaixo de acordo com a portaria de nº 157/2019 do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que disciplina o procedimento de visita social aos presos nos estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências.

O preso que no período de um ano ininterrupto apresentar ótimo comportamento carcerário, fará jus, uma vez ao mês, à visita social em pátio de visitação, sob autorização do chefe de segurança, devidamente fundamentada no relatório da autoridade disciplinar.

74. Julgue o item abaixo de acordo com a portaria de nº 157/2019 do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que disciplina o procedimento de visita social aos presos nos estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências

O início da contagem para o interno fazer jus à visita em pátio de visitação, ocorrerá, somente, da data de publicação desta Portaria, no caso de presos já incluídos ou transferidos para estabelecimentos penais federais de segurança máxima.

75. Julgue o item abaixo de acordo com a portaria de nº 65/2019 do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que dispõe sobre a formação da Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária no âmbito do Departamento Penitenciário Nacional.

A Força-Tarefa de intervenção Penitenciária - FTIP será composta por Policiais Federais, Policiais Rodoviários Federais, agentes federais de execução penal, agentes penitenciários estaduais e do Distrito Federal, na forma dos Acordos ou Convênios de Cooperação Federativa do Ministério da Justiça e Segurança Pública celebrados com os Estados e com o Distrito Federal.

76. Julgue o item abaixo de acordo com a portaria de nº 65/2019 do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que dispõe sobre a formação da Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária no âmbito do Departamento Penitenciário Nacional.

Compete à FTIP as atividades e serviços de guarda, vigilância e custódia de presos; as atividades de inteligência de segurança pública que tenham relação com o sistema prisional e atividade de Polícia Judiciária.

77. Julgue o item abaixo de acordo com a portaria de nº 65/2019 do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que dispõe sobre a formação da Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária no âmbito do Departamento Penitenciário Nacional.

Fica subdelegada ao Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional a competência de designar e dispensar os servidores responsáveis pelas Coordenações Institucionais que ficarão responsáveis pelo planejamento, articulação, gestão e ação.

78. De acordo com a lei nº 13675/2018, São integrantes estratégicos do Susp, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, por intermédio dos respectivos Poderes Executivos; os Conselhos de Segurança Pública e Defesa Social dos três entes federados.

DIREITO PENAL

Ivo Martins

79. O conflito aparente de normas é o conflito que ocorre quando duas ou mais normas são aparentemente aplicáveis ao mesmo fato. Há conflito porque mais de uma pretende regular o fato, mas é um conflito aparente, porque, com efeito, apenas uma delas acaba sendo aplicada à hipótese. Com base no texto doutrinário acima e nos princípios utilizados para a solução do conflito aparente de normas penais, julgue o item seguinte.

Arnaldo, querendo apoderar-se de bens existentes no interior de uma casa habitada, tenha adentrado o local e subtraído duas televisões e um notebook. Neste caso, Arnaldo não responderá pelo crime de violação de domicílio, mas somente pelo crime de furto, de acordo com o princípio da especialidade.

80. Para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar.

81. Segundo entendimento do STJ, do STF e da doutrina dominante acerca do direito penal, julgue o item subsequente.

As leis temporárias, diversamente das leis excepcionais, têm ultra-atividade.

82. Acerca dos princípios e fontes do direito penal, assinale a opção correta.

As medidas provisórias podem regular matéria penal nas hipóteses de leis temporárias ou excepcionais.

83. A Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime) incluiu causa de aumento de pena em 2/3 no crime de roubo, se a violência ou grave ameaça é exercida com emprego de arma branca ou o dobro, caso o roubo tenha sido praticado mediante o emprego de arma de fogo.

84. Cirano entra em uma loja de celulares, a fim de roubar, com o uso de violência e grave ameaça, um Samsung S-21 para seu uso pessoal, pois naquela manhã seu iphone 12 veio a dar perda total. Ao anunciar o assalto, foi surpreendido pelo segurança que mesmo nunca tendo praticado artes marciais, aplicou vários porém sem sucesso em Cirano. Durante a luta corporal, em um deslize do segurança, Cirano conseguiu se desvencilhar, atirar e fugir, nada levando. O segurança veio a óbito, imediatamente, no local. Ainda que o Cirano não tenha conseguido levar o aparelho celular, restou configurado o crime de latrocínio.

85. Carlos e Bruno ajustaram entre si a prática de um furto a uma loja de produtos importados que julgavam estar abandonada. Segundo o acerto, Carlos entraria na loja, de lá subtrairia um televisor, no valor de R\$ 3.500,00, e retornaria ao carro em que Bruno, ao volante, o estaria aguardando. No dia do crime, 02 de junho de 2021, por volta das onze horas da manhã, Carlos, ao ingressar na loja, deparou-se com Samara, que lá estava sem que Carlos e Bruno o soubessem. Antes de subtrair o televisor, Carlos, com a intenção de matar Samara e com isso assegurar o proveito da subtração, atacou-a com uma faca e produziu ferimentos que acarretaram, posteriormente, a retirada de um de seus rins. Samara, no momento da investida de Carlos, resistiu e atingiu-o com um forte soco, que provocou a fratura de um dos ossos do rosto de Carlos. Impossibilitado de prosseguir no ataque a Samara, em razão da intensa dor que sentiu no rosto, Carlos fugiu e levou consigo o televisor para o carro em que Bruno o aguardava. Samara, empregada da loja, mesmo ferida pela faca utilizada por Carlos, telefonou para a polícia, que, imediatamente, de posse da descrição de Carlos e Bruno e do carro utilizado na fuga, pôs-se a procurá-los nas redondezas. No final da tarde, a polícia efetuou a prisão de Carlos e Bruno, que já tinham vendido a Joca, sabedor da origem criminoso, o televisor subtraído da loja a fim de que Joca pudesse vendê-lo mais à frente em sua lojinha de aparelhos eletrônicos que funciona na parte da frente de sua residência.

A respeito da situação hipotética acima, julgue o item a seguir.

Samara, ao ofender a integridade física de Carlos, agiu em estado de necessidade, em vista da necessidade de proteger bem jurídico próprio (integridade física) e alheio (patrimônio da loja). Joca, caso encontrado pelo polícia, responderá pelo crime de receptação dolosa simples, uma vez que adquiriu o produto sabendo da sua origem ilícita.

86. O funcionário público que exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza, comete crime de excesso de exação.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Fernando Bezerra

87. O processo penal rege-se-á, em todo o território brasileiro, pelo Código de Processo Penal, com exceção somente dos tratados, convenções e regras de direito internacional;

88. A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do proprietário, salvo em caso de flagrante delito, prisão preventiva, desastre ou para prestar socorro, ou, durante todo o dia, por determinação judicial.

89. O preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família, de advogado e de ministro de confissão religiosa.

90. O inquérito policial, por ser indispensável à persecução penal, acompanhará a denúncia ou queixa, sempre que servir de base a uma ou outra.

91. Acerca do Inquérito Policial, analise a assertiva abaixo.

Quando o fato for de difícil elucidação, sempre que precisar, a autoridade poderá requerer ao juiz a devolução dos autos, para ulteriores diligências, que serão realizadas no prazo marcado pelo juiz.

92. Carla foi vítima de calúnia praticada por Norma e Judite. Bastante chateada com o ocorrido, Carla, no mesmo dia em que sofreu a calúnia, foi atrás das providências necessárias para que fosse proposta a ação penal cabível ao caso, porém o fez apenas contra Norma, pois Judite era melhor amiga de sua irmã. Na situação narrada acima, ocorreu retratação.

93. A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.

94. Sobre o *habeas corpus*, analise a afirmativa subsequente.

Dar-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar na iminência de sofrer violência ou coação ilegal na sua liberdade de ir e vir, salvo nos casos de punição disciplinar.

INFORMÁTICA

Ranielison Passos

Sobre sistemas operacionais, considerando máquinas com instalação de Windows, julgue o item a seguir.

95. É indicado aos usuários de sistemas Windows que baixem arquivos suspeitos da Internet apenas em modo de execução como administrador, pois esse tipo de acesso dificulta a disseminação de malwares pela máquina.

Sobre redes de computadores e conceitos de internet/intranet, julgue a assertiva abaixo.

96. É característico de operação do protocolo POP3, durante um processo simples de comunicação por e-mail, que a máquina cliente receba a mensagem automaticamente ao se conectar com o provedor e excluir a mensagem do servidor em seguida.

Sobre convergência de rede e noções de voz sobre IP (VOIP e telefonia IP), julgue o item abaixo.

97. Durante o confinamento social ocorrido pelo impacto da Covid-19 no mundo todo, muitas empresas e órgãos públicos fizeram uso de ferramentas de comunicação por vídeo chamadas. Pelo fato dessas ferramentas utilizarem, normalmente, o protocolo UDP para transmissão de dados, não oferecendo entrega completa dos pacotes, não é necessária uma conexão estável com a Internet para esse tipo de comunicação em rede.

Sobre o aplicativo Microsoft Power BI, julgue o próximo item.

98. A versão do programa Power BI mais indicada para empresas é o ambiente em nuvem SaaS, de forma online, para compartilhar recursos e arquivos, sendo possível gerar um arquivo de dados a partir do programa online, com a extensão padrão .PSDX.

No que se refere ao conceito de banco de dados relacional, julgue os itens seguintes.

99. Denomina-se chave estrangeira o conjunto de um ou mais atributos que nunca se repetem nas entidades associadas. As chaves estrangeiras poderão ser utilizadas como um índice para a tabela de banco de dados.

Sobre os aplicativos editores da suíte Microsoft Office 2016 e suíte LibreOffice 6.4, julgue os itens abaixo.

100. No aplicativo editor de apresentação PowerPoint 2016, versão de instalação padrão, a guia Transição permite ao usuário aplicar efeitos para a mudança entre os slides.

Sobre conceitos de segurança, backups e ataques a computadores, julgue os itens abaixo.

101. O processo de recuperação de arquivos em cópias do tipo diferencial exige mais tempo de processo do que em cópias do tipo incremental.

102. Um ataque do tipo *Sniffers* é feito por um programa aparentemente inofensivo, instalado no computador do usuário através de arquivos para danificar a máquina e os arquivos.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Carlos Henrique

Considere, abaixo, as afirmações e o valor lógico atribuído a cada uma delas entre parênteses.

- Ou Junior é pintor, ou Bia não é cozinheira (afirmação FALSA).
- Se César é matemático, então Junior não é pintor (afirmação FALSA).
- Bia é cozinheira ou Ana não é motoqueira (afirmação VERDADEIRA).

A partir dessas afirmações, julgue o item seguinte:

- 103.** A proposição “César é matemático e Ana não é motoqueira” é verdadeira.

Carlinha tem alguns cartões e disse a seu pai: “cada um dos meus cartões tem uma letra em uma das faces e um número em outra”. Carlinha complementou: “se na face de um cartão tem uma vogal, então no verso há um número ímpar”.

Em seguida, Carlinha mostrou frente e verso de três cartões.

	Primeiro cartão	Segundo cartão	Terceiro cartão
Frente	C	B	A
Verso	2	3	5

Julgue o item seguinte:

- 104.** Analisando os cartões, pode-se concluir que nenhum dos três cartões contradiz as informações de Carlinha.

Um concursado utiliza, para fazer uma senha, 3 vogais distintas seguidas de 3 algarismos distintos.

Julgue o item seguinte:

- 105.** O número total de senhas diferentes que podem ser feitas através desse esquema é superior a 50000

Um órgão possui vinte servidores, dos quais dez são homens e dez são mulheres.

Julgue o item seguinte

- 106.** O número de comissões de cinco pessoas que se pode formar com três mulheres e dois homens é superior a 5000

Uma pesquisa realizada com um grupo de 35 papiloscopistas da polícia federal a respeito da atividade A — identificação de vítimas — e da atividade B — descoberta de crimes de falsificação — revelou que 29 gostam da atividade A e 28 gostam da atividade B.

Com base nessas informações, julgue os itens que se seguem.

- 107.** A quantidade máxima de papiloscopistas desse grupo que não gosta de nenhuma das duas atividades é inferior a 7.

- 108.** Inere-se dos dados que a quantidade mínima de papiloscopistas desse grupo que gostam das duas atividades é superior a 20.

Considere que a tabela abaixo mostra o número de prisões efetuadas pela Polícia Federal, em quatro estados brasileiros, no período de um ano.

Estado em que Ocorreu a prisão	TOTAL DE PRISÕES EFETUADAS	
	Sexo masculino	Sexo feminino
SP	225	81
RJ	153	42
RS	532	142
BA	188	42

A fim de fazer um estudo, a PF elaborou 1.405 relatórios, um para cada uma das prisões mencionadas na tabela acima, contendo o perfil da pessoa presa. Com base nessas informações, julgue os itens que se seguem, acerca de um relatório escolhido aleatoriamente entre os citados acima.

- 109.** A chance de que esse relatório corresponda a uma vítima do sexo feminino é superior a 23%

- 110.** Considerando que o relatório escolhido corresponda a uma vítima do sexo masculino, a probabilidade de que o acidente nele mencionado tenha ocorrido no estado do RS é superior a 0,5

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Marcos Girão

111. Julgue o item seguinte com base na Lei nº 12.850/2013, que trata de organizações criminosas:

O acordo de colaboração premiada é negócio jurídico processual e meio de obtenção de prova, que pressupõe utilidade e interesse públicos. Nesse sentido, o juiz não participará das negociações realizadas entre as partes para a formalização do acordo de colaboração, que ocorrerá entre o delegado de polícia, o investigado e o defensor, com a manifestação do Ministério Público, ou, conforme o caso, entre o Ministério Público e o investigado ou acusado e seu defensor.

112. A respeito de aspectos penais da Lei de Lavagem de Dinheiro (Lei n.º 9.613/1998), julgue o item seguinte.

Se o autor, coautor ou partícipe colaborar espontaneamente com as autoridades, prestando esclarecimentos que conduzam à apuração das infrações penais, à identificação dos autores, coautores e partícipes, ou à localização dos bens, direitos ou valores objeto do crime, a pena poderá ser reduzida de um a dois terços e ser cumprida em regime aberto ou semiaberto. Porém, o juiz jamais poderá deixar de aplicá-la ou substituí-la por restritiva de direitos.

À luz da Lei nº 9.455/1997, que trata dos crimes de tortura, julgue as assertivas 113 e 114:

113. O crime de tortura é inafiançável e imprescritível.

114. Situação Hipotética: Policial Penal Federal foi condenado à pena de reclusão de quatro anos pela prática de tortura. **Assertiva:** Nesse caso, a condenação do agente acarretará a perda do seu cargo público e a interdição para seu exercício pelo prazo de oito anos.

115. No tocante à Lei Anticorrupção, julgue o próximo item:

A autoridade máxima de cada órgão ou entidade pública poderá celebrar acordo de leniência com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo, não sendo necessário que se obtenham resultados concretos dessa colaboração.

116. Julgue a situação hipotética a seguir à luz da Lei nº 13.869/2019, referente aos crimes de abuso de autoridade:

Situação Hipotética: Policiais Militares prenderam em flagrante um indivíduo pela prática de furto. Após algemá-lo, um dos agentes desconfiou de um volume no tornozelo do detido e levantou a sua calça, momento em que percebeu que o volume era uma tornozeleira eletrônica. Nesse momento, o policial enrolou a bainha da calça para que a população visualizasse a tornozeleira, com a intenção de causar constrangimento no preso. O detido pediu para não ser exposto, mas foi ameaçado pelos policiais.

Assertiva: Pelo fato de o indivíduo já ter passado pelo sistema penitenciário, os agentes não incorrerão em crime de abuso de autoridade.

117. Considerando as disposições da Lei n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), julgue o item que se segue.

Tanto atos comissivos quanto omissivos podem caracterizar uma situação como sendo de improbidade administrativa por violação dos princípios da administração pública.

118. Conforme o Estatuto do Desarmamento, Lei nº 10.826/2003, julgue o item a seguir:

Agente Federal de Execução Penal que adquirir arma de uso permitido, terá seu certificado de registro de arma de fogo expedido pela Polícia Federal, precedido de autorização do SINARM.

119. Em relação à Lei de Drogas (11.343/2006) e a jurisprudência do STJ, julgue o item a seguir:

Para a caracterização do crime de associação para o tráfico de drogas, é dispensável o dolo de se associar com estabilidade e permanência.

120. Com base na Lei 13.964/19, que traz alterações no Código Penal e Código de Processual Penal, julgue a assertiva a seguir:

Considera-se cadeia de custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte.



Prova Discursiva

Raphael Reis e Carlos Roberto

Chegamos a mais de um ano desde a declaração da Organização Mundial da Saúde (OMS) que elevou o estado de contaminação pelo novo vírus Sars-Cov-2 ao estágio de pandemia. E nesse contexto, além da crise sanitária, o Brasil está no epicentro de uma crise social e política. Não é por menos. A ausência de coordenação do governo federal é lamentável e isso fica evidente no número de contaminados e mortos pela Covid-19. Nesse cenário – de calamidade sanitária, social e política – e mesmo após as recomendações emitidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com o objetivo de reduzir de forma efetiva os índices de superlotação do sistema carcerário e evitar contaminações em massa nas unidades prisionais (*Recomendação n. 62 de 17 de março de 2020*), o Brasil apresenta a marca de 682 mil pessoas presas no ano de 2021, com um total de 241 mil pessoas acima da capacidade do sistema. Seria desnecessário insistir que as unidades prisionais brasileiras são verdadeiros polos de disseminação potencial do vírus Sars-CoV-2, particularmente no país que possui hoje o segundo maior índice de transmissão do vírus em todo o planeta. Espaços de aglomeração drástica, ventilação nula, insalubridade completa e atendimento médico precário – quando existente –, os estabelecimentos carcerários espalhados pelo Brasil figuram como modelo antitético a qualquer concepção de cuidado sanitário, expondo centenas de milhares de pessoas às ameaças implicadas pela contaminação descontrolada. Tampouco seria preciso sinalizar que os riscos representados por tal estado de coisas não se limitam à circunscrição espacial e arquitetônica do universo intramuros, dado o trânsito permanente de entrada e saída de funcionários/as que atuam no vasto sistema penitenciário brasileiro. Atualmente, são cerca de 85 mil policiais penais trabalhando nas 2.867 unidades que constituem o parque carcerário do país, atuando como potenciais vetores de propagação da doença, por dentro e para fora dos muros. Entretanto, a manutenção de quase 250 mil pessoas presas além da capacidade do sistema em um cenário de agravamento contínuo da pandemia no Brasil nos obriga a reiterar esse conjunto de implicações e sublinhar o ímpeto punitivo das autoridades judiciais e políticas responsáveis pela execução penal no país, em detrimento das preocupações concernentes à preservação da saúde e da vida. A orientação jurídico-política preponderante entre magistrados/as, promotores/as e autoridades penitenciárias de um modo geral permanece centrada no encarceramento obstinado de uma seleta (e ampla) parcela da população (via de regra, jovens, pobres, negros e com baixa ou nenhuma escolarização), mesmo que isso implique em evidente risco de vida às pessoas presas e à sociedade como um todo. O CNJ tem procurado acompanhar os casos de contaminação e mortes pelo coronavírus em contextos de privação de liberdade, que demonstram um aumento ininterrupto desde março de 2020. Com o mesmo propósito, o Monitor da Violência apresenta uma sistematização dos dados referentes à Covid-19 nas prisões, coletados junto às secretarias estaduais de Justiça e Administração Penitenciária. Segundo o Monitor, atualmente são 437 óbitos e 77.608 casos da doença entre presos/as e servidores/as dos sistemas penitenciários. Não há informações, contudo, sobre infectados e mortos em delegacias ou repartições policiais.

Fonte: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2021/05/17/superlotacao-covid-19-e-ausencia-de-dados-a-situacao-das-prisoas-brasileiras.ghtml>

Considerando que o fragmento de texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema:

AS PRISÕES BRASILEIRAS E O CONTEXTO DE PANDEMIA

Em seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

1. A Função do DEPEN;
2. Medidas adotadas para conter a disseminação do coronavírus nos presídios;
3. Ações que o Estado deve adotar para garantir o direito à saúde dos detentos.

FOLHA DE RESPOSTA

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-DEPEN-19-06-21>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

Concursos

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>